

UMA REFLEXÃO POSSÍVEL SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA ERA DIGITAL

A POSSIBLE REFLECTION ON THE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE OF THE DIGITAL ERA: EMOTICONS AND EMOJIS

Renata de Souza Santos. 1
Carla Borges de Andrade. 2

Resumo: O que define o patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão da cultura material ou imaterial, os seres humanos mantêm através deles estreitos vínculos entre o passado e a contemporaneidade. É através desse encontro do passado com o presente que as pessoas se reconhecem coletivamente como iguais, identificando-se pela utilização de elementos do grupo do qual fazem parte, construindo sua história e identidade. No entanto, as questões subjetivas também têm papel importante nesse processo, pois são elas, dentre as quais estão as emoções, os comportamentos e as diversas formas de comunicação, que diferenciam as pessoas também com base na cultura. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a possibilidade dos emoticons e emojis serem classificados como patrimônio cultural imaterial, posto que se tratam de símbolos identitários que caracterizam a linguagem imagética de nosso tempo.

Palavras-chave: Comunicação. Emojis. Emoções. Patrimônio.

Abstract: The that defines the heritage is its ability to symbolically represent an identity. And since symbols are a privileged vehicle for the transmission of material or immaterial culture, human beings maintain through them close links between the past and contemporaneity. It is through this encounter of the past with the present that people recognize themselves collectively as equals, identifying themselves by the use of elements of the group of which they are part, building their history and identity. However, subjective issues also play an important role in this process, because it is they, among which are emotions, behaviors and various forms of communication, that differentiate people also based on culture. In this context, the present work aims to reflect on the possibility of emoticons and emojis being classified as intangible cultural heritage, since they are identity symbols that characterize the imagery language of our time.

Keywords: Communication. Emojis. Emotions. Patrimony.

- 1 Licenciada em Letras (FTC); Especialista em Desenho, Registro e Memória Visual (UEFS); Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (UEFS); Coordenadora Pedagógica da Unidade Criativa de Ensino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3561950667556532>. E-mail: renatacriativa2023@gmail.com
- 2 Doutora em Educação (UFBA). Mestra em Desenho, Cultura e Interatividade (UEFS). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0811866653627494>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5626-5612>. E-mail: cbandrade@uefs.br

Primeiros Pensamentos

A palavra patrimônio remete a diferentes usos. Ela vem de *pater*, e tem origem latina, significando pai. Começou a ser usada, segundo Brayner (2007, p. 12), “[...] quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa”. Foi só a partir da Revolução Francesa (1789) e de seu aprofundamento, que o sentido da palavra patrimônio passou a ser coletivo, devido ao agravamento do conflito e da destruição realizada pelos revolucionários franceses, que atingiu como nos informa “[...] obras de arte, castelos, prédios e objetos pertencentes à nobreza, assim como os templos que lembravam o poder do clero” (Brayner, 2007, p. 12).

O receio da perda definitiva de obras de arte, bens, monumentos, prédios e, assim, da história da França por conta dos desmembramentos da referida revolução levou alguns intelectuais a se manifestarem contra a destruição levada à frente pelos revolucionários e a favor da preservação dos bens considerados importantes para a nação. Nascia, desta forma, a ideia de Patrimônio Histórico, relacionado à noção de cidadania.

A concepção de Patrimônio Cultural como interesse da humanidade foi algo que só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando houve a constatação da grave destruição provocada pelo conflito a vários monumentos, templos e prédios situados nos países conflitantes. No Brasil, a preocupação em proteger o patrimônio começou a ter relevância a partir da década de 1930, com a aprovação da primeira Lei Federal, em 1933 – época em que os poderes públicos assumiram a iniciativa de uma política de preservação. Mas, foi só em 1936, quando o poeta, cronista e historiador da arte Mário Raul de Moraes de Andrade (1893-1945), um dos fundadores do Modernismo no Brasil, foi convidado a redigir o anteprojeto de criação do primeiro órgão de preservação nacional, que o país passou a ter uma legislação específica, o Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi o antecessor do Iphan e, de certa forma, deu origem a ele. O SPHAN foi criado em 1937 com a finalidade de preservar o patrimônio histórico, cultural e artístico do país, assim como o Iphan. No entanto, o Iphan ampliou a abrangência de sua atuação e atualmente é responsável por coordenar a gestão do patrimônio cultural brasileiro, trabalhando em parceria com outros órgãos e entidades públicas e privadas.

Esse recorte histórico se fez necessário para uma melhor compressão do caminho percorrido até que a ideia de Patrimônio Cultural pudesse ser empregada com base na legitimidade de seu conceito, que traz em si um viés antropológico e objetiva proteger o passado, respeitar o presente e transmitir para as gerações futuras uma cultura compartilhada, que reflete um conjunto de valores inerentes a uma sociedade, de uma determinada época.

Parafrazeando Meneses (2009), em sua participação no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, em Brasília, patrimônio pode ser definido como fato social e cultural, como costumes, crenças e práticas constituintes de um modo de vida, que nos leva à construção de nossa identidade. Em outras palavras, como o conjunto selecionado de espaços, coisas e práticas que os grupos humanos transformam em ação para intervirem no mundo real, seus sentidos, valores, expectativas, revelando sua identidade. Meneses traz em seu discurso o caminho histórico percorrido por nossa sociedade com relação à definição de Patrimônio e de seus tipos, através da evolução sobre tais temas que ocorreram entre as Constituições Federais de 1937 e de 1988.

Essa normatização do conceito de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural trazida por Meneses está representada em dois momentos de nossas Constituições. A Constituição Federal de 1937, em seu decreto de lei nº 25, organizou a proteção do patrimônio no Brasil:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nessa primeira definição trazida pela CF 1937, a sociedade fica sendo passiva e beneficiária quanto a dar valor ou classificar o patrimônio histórico cultural, pois o texto deixa claro que só o

poder público o faria. Anos depois, já em nossa Constituição Cidadã de 1988, em seu Artigo 216, a Magna Carta declara: “Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, p. 33).

No Artigo 216 da CF 1988 temos uma mudança de concepção referente a quem atribui valor ao que será considerado como Patrimônio. Essa nova compreensão do conceito de patrimônio trazida na CF/88 em relação à de 1937 avança não só pela inclusão dos bens não materiais, mas, ao que se percebe e se pode interpretar como novo é a importância dada à matriz de valor cultural, que reconhece que os valores não são criados pelo Estado ou pelo poder público, mas sim pela sociedade. Isso não anula a atuação do poder público, mas destaca as práticas sociais como sendo a premissa do Valor Cultural, principalmente no que se refere à identidade e memória, como diz a Constituição, pois é a sociedade que a faz nascer, ela é a mãe, de onde é gerada. De acordo com a CF/88, em seu Artigo 216, Patrimônio Cultural é como o conjunto de formas de expressão, modos de criar, fazer e viver de grupos sociais.

Nessa definição de Patrimônio Cultural também são reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas, assim como as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Destarte, a CF/88 avança e divide o patrimônio cultural em bens de natureza material e de natureza imaterial, sendo assim classificados: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Decreto nº 3.551/2000 e a Lei nº 7.285/2011 instituíram o registro de bens culturais de natureza imaterial, que constituem patrimônio cultural brasileiro criando, assim, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que viabiliza a efetiva proteção administrativa dos bens culturais intangíveis que se relacionam à identidade e à ação de grupos sociais.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o IPHAN coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo IPHAN a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) (IPHAN, 2014, p. 01).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada da ONU, o Patrimônio Imaterial é composto pelas “[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados” (UNESCO, 2003, p. 16). Essa definição de patrimônio imaterial foi ratificada pelo Brasil em março de 2006, em acordo com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2006).

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, foi criado o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que tem como objetivo identificar, reconhecer e valorizar as línguas que são portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (Brasil, 2010).

Segundo Canclini (2010), a legislação que trata do patrimônio imaterial define-o em quatro dimensões distintas: saberes - ofícios e modos de fazer; celebrações - rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; formas de expressão - manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas, lúdicas; e lugares

- mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Brasil, 2000). Podemos dizer que a linguagem, a cultura e a identidade compõem um tripé importante que constitui o nosso patrimônio cultural imaterial.

Conforme afirma Canclini (2010), a linguagem está intrinsecamente relacionada à cultura e à identidade, não podendo ser compreendida de maneira isolada. Nessa perspectiva, é possível entender que as questões culturais e identitárias emergem na linguagem, por meio dos modos de expressão e das escolhas linguísticas realizadas em uma determinada comunidade. Assim, o presente texto tem como intuito discutir a relevância da linguagem imagética na cultura e identidade da geração do século XXI, considerando que a linguagem é inseparável desses elementos (Canclini, 2010, p. 72).

Bastante utilizada na atualidade por faixas etárias distintas, em especial pelos adolescentes, através de uma cultura definida como digital, a linguagem imagética é requerida principalmente para expressar emoções, através dos símbolos. É neste contexto que se faz oportuna a reflexão em torno do seguinte problema: poderiam os *emoticons* e os *emojis* serem considerados patrimônio cultural imaterial? Para tanto, este ensaio tem por objetivos: a) refletir sobre a possibilidade dos *emoticons* e dos *emojis* serem classificados como patrimônio cultural imaterial, posto que se tratam de símbolos identitários que caracterizam a linguagem imagética de nosso tempo, e b) destacar a relevância deste tipo de linguagem imagética para a sociedade como meio de comunicação na era digital.

Emoticons e Emojis: uma linguagem imagética

De acordo com o Dicionário *Oxford Languages* (2023) linguagem é: “1. qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.; 2. qualquer sistema de símbolos ou sinais ou objetos instituídos como signos; código”. Já para a Plataforma Significados (2023), linguagem “é o sistema através do qual o ser humano **comunica suas ideias e sentimentos**, seja através da fala, da escrita ou de outros signos convencionais”.

Neste sentido, podemos dizer que linguagem é todo e qualquer meio de comunicação que pode ser oral, escrito ou digital, que se configura como sendo um sistema organizado de sinais que servem para compartilhar experiências com outras pessoas, pelo qual é possível aprender e ensinar, interagir, expressar-se, relacionar-se. A comunicação é um ato recorrente entre os seres vivos para diversos fins; para as pessoas, é através dela, nas suas mais diversas formas, que estabelecem relações e atingem seus objetivos. O poder que ela exerce entre os indivíduos é alto, e traz à tona as diversas formas de transmitir mensagens, desde as mais primitivas até as mais modernas, seja de forma verbal ou não verbal, imagética ou simbólica.

Partimos da premissa de que a escrita não foi o primeiro meio de comunicação da história, pois, antes de escrever, as pessoas já se comunicavam. O choro, os gestos, a fala e o desenho são formas de comunicação anteriores à escrita, desde sempre, inclusive hoje. E por que não dizer que a escrita é um tipo de desenho? No contexto histórico, pode-se observar que as representações visuais, dentre elas os desenhos, sempre estiveram presentes no processo de comunicação humana, desde os seus primórdios, nas pinturas rupestres e símbolos presentes no cotidiano. Esses desenhos, criados principalmente para exprimir reações, emoções, ideias ou conceitos não são apenas uma forma de expressão, mas são carregados de significados e trazem em si a ideia de perpetuar a história e a cultura das gerações – o que entendemos ser patrimônio.

Conforme Oliveira e Trinchão (1998, p. 156),

O homem das civilizações passadas, na ânsia de preservar a sua imortalidade e demarcar a sua trajetória Histórica, deixou registrados vários códigos de linguagem [...]. Foram registros que posteriormente serviram para direcionar algumas interpretações de como este homem construiu sua existência. A intenção do registro gráfico para a posteridade [...] entendido como o conjunto de signos que expressam uma ideia.

Esta potencialidade do Desenho para se perpetuar como registro foi também reforçada por Tavares (2009, p. 9), quando se referiu aos primórdios da humanidade em suas inscrições rupestres: “Desenhamos desde a infância, a infância da humanidade, com os desenhos rupestres que ‘iluminaram’ as cavernas e desde a infância propriamente dita. A tentativa de representação, antes da consciência da interpretação ou invenção faz parte da vontade humana”. De acordo com Walter Ong (1982), a transição da oralidade para a escrita foi um ponto crucial na história da humanidade, possibilitando a preservação e transmissão de conhecimentos de forma mais eficiente e permanente. Além disso, Ong aponta que a escrita teve um impacto profundo na nossa forma de pensar e nos comunicarmos.

Assim, pensando em nossa geração atual, torna-se imprescindível destacar a importância do Desenho como linguagem imagética e como possibilidade de comunicação, inclusive em meio digital. Disso decorre a relevância de refletir sobre o seu uso a partir de representações feitas através de caracteres do teclado de um celular que, além da comunicação verbal, podem permitir, de forma efetiva, a comunicação através de símbolos.

De acordo com Castells (2003), as redes que organizam a sociedade atual são interligadas por meio da tecnologia digital, caracterizadas pela rapidez, facilidade de encontrar informações, praticidade para contatar pessoas e resolver problemas. Consequentemente, a velocidade passou a ser um critério importante na comunicação, e a informalidade ganhou espaço na linguagem, surgindo novos códigos de comunicação que transcendem as relações pessoais e se estendem às relações mais amplas. Nesse contexto, as interações sociais ganharam novos contornos e significados, e é essencial conhecer e saber como utilizar essas formas de comunicação para a interação em diversos ambientes, incluindo lazer, família, trabalho e educação.

Segundo Lemos (2018), um dos principais eventos que caracterizam a sociedade atual é o avanço e difusão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A crescente utilização dessas tecnologias digitais desde o final do século XX tem impactado as formas de comunicação e expressão em diversos campos sociais, influenciando a maneira de pensar e agir das pessoas e dando origem a um novo vocabulário social, no qual os emoticons e emojis se tornaram tão ou mais poderosos que as palavras, especialmente entre os adolescentes.

Assim, desde o surgimento dos *emoticons* (ou *smiles*) até a sua evolução para os *emojis*, essas novas linguagens estabeleceram seu lugar na sociedade, entre as pessoas dos mais diversos grupos sociais e idades diferentes. Buscando entender melhor sobre o assunto, é interessante fazer uma breve contextualização sobre sua história.

Com o tempo e as necessidades de uma sociedade cada vez mais tecnológica, conectada, veloz e prática, as mídias e aparelhos digitais foram ficando mais sofisticados e com interface gráfica e comunicativa com recursos bem mais diversos e criativos. Com isso, os *emoticons* sofreram múltiplas mudanças e foram progressivamente sendo substituídos pelos *emojis*, e no decorrer de sua evolução, graças aos pedidos e insistência dos seus usuários, serviram para apoiar a diversidade cultural, ideológica e sexual.

Por sua vez, os *emojis* são ideogramas¹ usados em mensagens eletrônicas, cujo uso se popularizou mundialmente. Eles existem sob diversas formas, incluindo: expressões faciais, objetos, lugares, animais, tipos de clima etc. O nome “*emoji*” é uma palavra derivada da junção dos seguintes termos em japonês: *e* (imagem) + *moji* (letra).

A possibilidade de a figura substituir palavras no ato comunicativo tornando-se um discurso próprio faz muito sentido, pois concretiza a expressão “uma imagem fala mais do que mil palavras”. Essa forma de linguagem é caracterizada por trazer signos dotados de significados e simbolismos, uma vez que os *emoticons* e *emojis* são representações do cotidiano. Sua principal utilização está relacionada à representação das emoções, servindo de suporte para a comunicações entre os indivíduos da sociedade atual, isto quando não são a própria comunicação.

O uso de símbolos imagéticos nos dias atuais remete às memórias do passado, quando a

1 De acordo com Duarte (2017, p. 341), o ideograma é uma “[...] representação gráfica de uma ideia ou conceito, usado como parte de um sistema de escrita”. O autor acrescenta que, ao contrário das letras do alfabeto, que representam sons específicos, os ideogramas são símbolos que representam uma ideia ou objeto diretamente, sem representarem o som da língua falada. O uso desses símbolos é comum em muitas escritas asiáticas, incluindo a chinesa, japonesa e coreana, e carregam uma grande importância cultural e histórica, tendo sido empregados ao longo dos anos na arte, caligrafia, arquitetura, design e no cotidiano da população asiática.

humanidade transitou das representações produzidas nas artes rupestres para as diversas formas de escrita. Com o avanço tecnológico e a modernidade, a linguagem imagética ressurgiu como uma forma de comunicação, usando desses mesmos símbolos. Da mesma forma que os desenhos nas cavernas foram importantes na compreensão e reconhecimento da cultura dos povos mais antigos, constituindo-se como um patrimônio de valor histórico, há importância também em estar conectado com o universo da sociedade atual e compreender seus estilos de comunicação. Esse conhecimento propicia uma compreensão mais coerente da sociedade contemporânea, marcada por sua entrelaçada imersão no mundo digital (Duarte, 2017, p. 341).

Os *Emojis* podem ser considerados como patrimônio cultural imaterial?

Após a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Brasil, 2000; 2011), que viabiliza a efetiva proteção administrativa dos bens culturais intangíveis que se relacionam à identidade e à ação de grupos sociais que constituem o patrimônio cultural brasileiro, abriram-se possibilidades para que se atribua esse reconhecimento a diferentes vertentes culturais, como é o caso das formas linguísticas – dentre elas, os *emoticons* e *emojis*. Essa linguagem imagética, em específico, mais do que um instrumento de comunicação, vem demarcando um tempo, um contexto histórico e social, e revelando a identidade e ação de grupos inseridos na realidade digital, cujos símbolos têm tido grande impacto sobre as sociedades contemporâneas.

Se levarmos em consideração a Constituição Federal, que descreve o que vem a ser patrimônio imaterial, as tradições orais, os rituais, as festas, as danças e as expressões artísticas populares, e ainda o Decreto e a Lei supramencionados (Brasil, 2000; 2011) que rezam sobre a identidade e a ação dos grupos sociais, essa linguagem imagética apresenta-se como uma forma de comunicação que deve ser objeto de análise pelo seu potencial e impacto nas maneiras de se expressar entre os diversos segmentos sociais, em especial entre os adolescentes e jovens. Podemos relacioná-los ao Artigo 215 da Constituição Federal, que trata do patrimônio imaterial, pois os *emojis* fazem parte da cultura digital contemporânea, representando um tipo de patrimônio imaterial que é transmitido de geração em geração, sem a necessidade de uma estrutura formal de ensino ou tradição.

Ainda é possível estabelecermos relação com o Artigo 216, que trata da proteção do patrimônio cultural brasileiro, incluindo tanto os bens materiais quanto os imateriais, o qual afirma que cabe ao poder público (nas esferas federal, estadual e municipal) proteger e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, bem como incentivar a pesquisa, a proteção e o uso dos bens culturais, que justificamos a importância dessa pesquisa em bases legais.

Podemos ainda destacar a importância dos *emoticons* e dos *emojis* como meio de expressão e representação. Isso pode ser constatado, por exemplo, na petição pública que solicitou ao aplicativo *WhatsApp* que criasse um *emoji* representando o berimbau. Na justificativa, o texto a seguir informa que “[...] a capoeira é uma arte de muitas artes, praticada em todos os continentes do Planeta e reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Milhões de capoeiristas utilizam o aplicativo *WhatsApp* e não se sentem representados por seu instrumento principal”.

Outro exemplo do potencial de representatividade e de como os *emoticons* e *emojis* possuem a capacidade de, inclusive, serem uma forma de identidade de um grupo social foi a campanha de jornalistas argentinos do veículo *La Nación* referente ao pedido de inclusão do *emoji* que representa um chimarrão no *WhatsApp*. Ainda como exemplo do grande interesse social por esses símbolos imagéticos, tem-se a data escolhida pela *Apple* para o Dia Mundial do *Emoji* (*Emoji Day*), instituído como 17 de julho, sendo esse dia considerado uma “celebração global do *emoji*”, ocorrendo desde 2014.

Todos esses exemplos mostram a importância dessa simbologia pertencente à linguagem imagética que tão fortemente demarca a comunicação digital, a qual atende rapidamente as necessidades comunicativas e expressivas das pessoas, principalmente dos adolescentes e jovens, por conta de sua interatividade e fácil apreensão semântica em um mundo onde, muitas vezes, apenas as palavras não conseguem transmitir o que se deseja, sendo necessária a utilização do

recursos extras e das imagens.

É perceptível, portanto, que os emoticons e emojis vêm proporcionando à sociedade uma nova forma de comunicação e também de identidade: esses símbolos passaram de “carinhas” divertidas para uma nova forma de linguagem utilizada no mundo inteiro. Donos da representação da fala do emissor, eles têm ocupado o lugar deixado pelos gestos faciais. E, além disso, esses símbolos passaram a representar emoções reais que um indivíduo sente e expressa a seus semelhantes no ambiente virtual, facilitando assim a interpretação do interlocutor que tem a experiência de ter acesso a “ícones emocionais” que traduzem as emoções do emissor.

Nem sempre comunicar as emoções é uma tarefa simples, posto que as emoções são uma experiência psicofisiológica complexa que experimentamos como fruto de nossas interações com o ambiente a nossa volta, e que exercem uma força muito poderosa sobre o comportamento humano. Segundo Amâncio da Costa:

A emoção é uma experiência subjetiva que envolve a pessoa toda, a mente e o corpo. É uma reação complexa desencadeada por um estímulo ou pensamento e envolve reações orgânicas e sensações pessoais. É uma resposta que envolve diferentes componentes, nomeadamente uma reação observável, uma excitação fisiológica, uma interpretação cognitiva e uma experiência subjetiva (Pinto, 2001, p. 243).

Nessa perspectiva, a emoção será a resposta dada pelo organismo do indivíduo à ocorrência de um estímulo ou pensamento. Na contemporaneidade, marcada pela comunicação instantânea e uso massivo das redes sociais, a utilização das “carinhas” para expressar felicidade, tristeza, raiva e até mesmo tédio é a representação de uma nova forma de escrita que traz consigo a variação de sentido da leitura. Assim, os *emoticons* e *emojis* são utilizados com o objetivo de trazer leveza às conversas transmitindo as emoções dos usuários a diversos grupos e classes sociais, através de uma representação visual, isto é, de desenhos.

É importante destacar que boa parte dessa comunicação digital acontece nas redes sociais digitais e seus aplicativos de conversas e comentários, tais como o *WhatsApp*, o *Instagram*, o *Facebook*, o *Direct* e o *Messenger*, tornando a comunicação global, ainda que, em alguns países, os *emoticons* e *emojis* tenham sido criados com significados diferentes. Ainda que haja variações em como os *emoticons* e *emojis* são usados em diferentes culturas, a sua linguagem visual é entendida globalmente. Em sua generalidade, pode-se afirmar que, dentro da atitude da utilização desses símbolos gráficos, existe mais que um simples desejo de demonstrar as emoções, mas a oportunidade de criar conexões entre pessoas.

No entanto, embora esses desenhos digitais comunicativos tenham uma grande importância cultural e identitária da nova geração, sendo amplamente utilizados em todo o mundo, ainda não encontramos registros de que sejam considerados parte do patrimônio imaterial de um povo.

De acordo com Delgado (2015), o patrimônio imaterial se refere a práticas culturais, tradições, expressões, conhecimentos e habilidades que são transmitidos de geração em geração e desempenham um papel fundamental na identidade cultural de uma comunidade. Dessa forma, esse conceito geralmente se relaciona a ícones que têm longa permanência e, em grande parte, já são considerados antigos.

A escrita egípcia antiga fascina a humanidade desde a Antiguidade, seja pela sua beleza ou pela dificuldade em decifrá-la. A expressão ta hieroglyphica tem origem grega, significando ‘as (letras) sagradas esculpidas’, de onde vêm ‘hieroglífica’ e ‘hieróglifos’ (Mcdermott, 200,p, 12).

Para os egípcios, a escrita era uma invenção de Toth, deus da sabedoria, que decidiu ensiná-la aos homens contrariando uma ordem do deus Ra. O nome dado por eles à sua escrita era medju netjer, ou literalmente, “palavras dos deuses” (Gardiner, 1988,p, 1).

Considerados como patrimônio imaterial dos povos egípcios, os hieróglifos são símbolos usados para registrar a história, a religião, a ciência e outros aspectos da vida, sendo considerados um tesouro cultural importante e uma parte integrante da herança desenvolvida há milhares de anos. Como patrimônio imaterial, representam uma parte importante da história e da cultura da humanidade e devem ser protegidos e preservados para as gerações futuras.

Os *emoticons* e *emojis*, entretanto, apesar de relativamente obedecerem a mesma lógica dos hieróglifos, são considerados símbolos de uma era recente, uma forma de expressão cultural relativamente nova – estendendo-se desde a década de 1990 até os dias atuais. Além disso, são uma criação universal que é usada em todo o mundo, e não estão associados a uma cultura específica. Talvez, por conta dessas características não tenham ainda recebido o reconhecimento como patrimônio imaterial linguístico das gerações do final do Século XX e início do Século XXI.

Os *emoticons* e *emojis* podem ser associados aos hieróglifos porque ambos são sistemas de escrita visual que utilizam imagens e símbolos para expressar ideias e conceitos. Enquanto esses eram compostos por imagens e símbolos que representavam objetos, seres vivos, ações e conceitos, e eram escritos em paredes, rochas e papiros, aqueles são uma forma de escrita visual que utiliza imagens e símbolos para expressar emoções, ideias e conceitos em mensagens de texto e comunicações *on-line* e, portanto, também refletem a identidade, as culturas e tradições linguísticas dos povos que os usam.

Neste sentido, compreendemos como muito viável e possível o entendimento dessas formas de linguagem imagética como patrimônio imaterial. Principalmente por conta da necessária ampliação que este conceito requer para atender as prerrogativas da contemporaneidade, as quais são plenamente contempladas nos *emoticons* e *emojis*, como já constatado aqui.

À guisa de conclusão

É de fundamental importância salientar que, como símbolos, os *emoticons* e *emojis* podem ser vistos como uma forma de linguagem e comunicação, que é um aspecto importante da cultura de um povo. Como tal, eles podem ser estudados e analisados como parte da antropologia cultural e da história da comunicação humana, e é possível que ganhem um *status* cultural e simbólico mais elevado em uma sociedade ou comunidade no futuro, como o de patrimônio imaterial. À medida que se tornam cada vez mais integrados na forma como as pessoas se comunicam e se expressam digitalmente, eles se tornaram um aspecto importante da cultura popular.

Além disso, essa linguagem visual está constantemente evoluindo, e novos símbolos são criados regularmente para refletir a mudança das atitudes culturais e sociais, tornando-se mais sofisticada e diversificada. Com isso, pode se tornar um meio ainda mais poderoso de comunicação cultural e expressão, especialmente no que se refere às emoções.

Sabendo que os *emoticons* e *emojis* são uma linguagem global que é compreendida em todo o mundo, diferentes culturas podem usá-los. Podemos afirmar que, salvaguardadas as devidas proporções e implicações históricas, os *emoticons* e *emojis* podem ser vistos como uma evolução moderna dos hieróglifos, pois ambas linguagens se constituem como uma forma de escrita visual que utiliza imagens e símbolos para expressar significados e ideias de maneira simples e direta.

Durante a pandemia do COVID-19, especialmente, os *emojis* desempenharam um papel importante em diversos aspectos: como a maioria das pessoas passou a se comunicar mais virtualmente, eles ajudaram a expressar emoções e sentimentos de forma mais clara e rápida, bem como foram usados para incentivar comportamentos saudáveis, como o uso de máscaras e lavagem das mãos, além de fortalecer mensagens de distanciamento social, apoio aos profissionais de saúde e outros trabalhadores essenciais.

Em vista de todas as reflexões feitas aqui, é importante lembrar que a atribuição do *status* de patrimônio cultural é um processo complexo e muitos fatores precisam ser considerados. No entanto, concebemos que é pertinente que os *emoticons* e *emojis* sejam considerados parte do patrimônio cultural de uma sociedade, posto que demarcam a cultura linguística de uma época, tão imersa em meio digital, caracterizando sua cultura e identidade e merecendo, portanto, ser preservados como memória coletiva de diferentes grupos humanos, principalmente os mais jovens.

Referências

BRASIL. **Constituição de 1937**. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: [//www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao). Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, ed.[2016]. Disponível em: [//presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação](http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação). Acesso em: 10 abr. 2023

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 8 jun. 2023

BRASIL. **Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7387.htm. Acesso em: 8 jun. 2023

BRASIL. **Decreto nº 7.285, de 29 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre o patrimônio cultural brasileiro e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Digitais. **Patrimônio Imaterial**. Brasília, DF: Iphan, 2000.

BRASIL. **Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. IPHAN. Brasília, 2007. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha. Acesso em: 15 abr. 2023

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CANCLINI, Nestor. Garcia . **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2010.

DELGADO, Roberto. Patrimônio cultural imaterial e patrimônio arqueológico: notas sobre uma convergência de trajetórias. *In*: ARAUJO, A. L.; FROTA, L. G. N.; RODRIGUES, R. (org.). **Patrimônio arqueológico e cultural: diálogos entre o Brasil e Portugal**. Fortaleza: EDUECE, 2015. p. 183-192.

DUARTE, Fernando. Histórias e culturas visuais. *In*: FREIRE FILHO, J.; FREIRE, F. (Org.). **Dicionário Crítico de políticas culturais**. São Paulo: Iluminuras, 2017, p. 341.

GARDINER, Alan. **Egyptian Grammar: being an introduction to the study of hieroglyphs**. Oxford: Griffith Institute, 1988.

IPHAN. **Manual de orientação para preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. 50. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=29&busca>. Acesso: 16 nov. 2024.

LEMOS, André. **Cibercultura e mobilidade: a era da conexão**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

MCDERMOTT, Bridget. **Decoding Egyptian Hieroglyphs: how to read the secret language of the pharaohs**. San Francisco: Chronicle Books, 2001.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna, I Forum Nacional de Patrimônio Cultural. Ouro Preto: IPHAN, 2012. Disponível em: [//www.academia.edu/39715439/MENESES_Ulpiano](http://www.academia.edu/39715439/MENESES_Ulpiano). Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVEIRA, Lysie dos Reis; TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. A história contada a partir do desenho. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENGENHARIA GRÁFICA NAS ARTES E NO DESENHO*, 2, 1988. **Anais...** Feira de Santana: UEFS, Associação brasileira dos Professores de Geometria Descritiva e Desenho Técnico, 1998. p. 156-157.

ONG, Walter J. **Orality and Literacy: The Technologizing of the Word**. London and New York: Methuen, 1982.

OXFORD LANGUAGES. *Updates – April 2023*. 2023. Disponível em: <https://languages.oup.com/about-us/updates/april-2023/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PINTO, Amâncio da Costa. **Psicologia Geral**. Lisboa: Universidade Aberta, 2001.

TAVARES, Paula. O desenho como ferramenta universal. O contributo do processo de desenho na metodologia projectual. **Tékhnē Revista de Estudos Politécnicos**, volume VII, n.12, dezembro de 2009. Disponível em: [//www.researchgate.net/publication](http://www.researchgate.net/publication). Acesso em: 12 abr. 2023.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris: UNESCO, 2006.

Recebido em 30 de janeiro de 2022.
Aceito em 12 de abril de 2024.